

INCLUSÃO SOCIOCULTURAL E INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA

Jenny Sousa, Catarina Mangas
(Coordenadoras)

**INCLUSÃO
SOCIOCULTURAL
E INTERVENÇÃO
COMUNITÁRIA**

INCLUSÃO SOCIOCULTURAL E INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA

COORDENAÇÃO

Jenny Sousa, ESECS, CICS.NOVA.IPLeiria, CI&DEI, Politécnico de Leiria, Portugal,
Ciência ID – D718-1B53-F947; ORCID ID 0000-0003-1626-6746
Catarina Mangas, CICS.NOVA.IPLeiria, CI&DEI, Politécnico de Leiria, Portugal,
Ciência ID – 0C17-9C71-90B7; ORCID ID 0000-0003-0843-5861
Todos os direitos reservados

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.
Avenida Emídio Navarro, 81, 3D
3000-151 Coimbra
Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901
www.almedina.net · editora@almedina.net

REVISÃO CIENTÍFICA

Esta edição foi sujeita a revisão científica por pares:

Carla Sofia Costa Freire – Instituto Politécnico de Leiria, Portugal • Cláudia Martins – Instituto Politécnico de Bragança, Portugal • Dina Soeiro – Instituto Politécnico de Coimbra, Portugal • Filipe Alexandre da Silva Santos – Instituto Politécnico de Leiria, Portugal • Jaime Emanuel Moreira Ribeiro – Instituto Politécnico de Leiria, Portugal • Joana Sousa – Instituto Politécnico de Coimbra, Portugal • Luísa Maria Gaspar Pimentel – Instituto Politécnico de Leiria, Portugal • Maria Paz López Teulón - Universidade de Lleida, Espanha • Paula Cristina Cinza Santos Leal Ferreira – Instituto Politécnico de Leiria, Portugal • Rui Fonte – Universidade de Trás-os-Montes, Portugal • Sara Mónico Lopes – Instituto Politécnico de Leiria, Portugal • Sílvia Parreira – Instituto Politécnico de Coimbra, Portugal • Susana Isabel da Cunha Sardinha Monteiro – Instituto Politécnico de Leiria, Portugal

DESIGN DE CAPA

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

PAGINAÇÃO

João Jegundo

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

DPS – DIGITAL PRINTING SERVICES, LDA

DEPÓSITO LEGAL

506321/22

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto «UIDB/04647/2020» do CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa.



Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es). Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infrator.



GRUPOALMEDINA

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

INCLUSÃO SOCIOCULTURAL E INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA

Inclusão sociocultural e intervenção comunitária / coord. Catarina Mangas, Jenny Sousa
ISBN 978-989-40-0844-6

I – SOUSA, Jenny

II – MANGAS, Catarina

CDU 334

INCLUSÃO SOCIOCULTURAL E INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA

Jenny Sousa, Catarina Mangas
(Coordenadoras)

ÍNDICE

NOTA INTRODUTÓRIA.....	9
<i>Jenny Sousa; Catarina Mangas</i>	
TECENDO REDES: CAMINHOS DA ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL EM IBERO-AMÉRICA.....	11
<i>Paula Caroline de Oliveira Souza; Itahisa Pérez-Pérez</i>	
PATRIMÓNIO CULTURAL, CRIATIVIDADE E COMUNIDADE. EXPERIÊNCIAS TRANSFORMATIVAS NAS <i>TERRAS DO DEMO</i>	29
<i>Ana Lopes; Norberto Santos; Lúcio Cunha</i>	
O CONTRIBUTO DA COMUNIDADE TERAPÊUTICA ReCare PARA A INCLUSÃO SOCIAL	47
<i>José Vicente</i>	
INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA NUM TERRITÓRIO DE BAIXA DENSIDADE – O PROJETO ‘ALDEIA SUSTENTÁVEL’	63
<i>Cezarina Santinho Maurício</i>	
A ANIMAÇÃO COMUNITÁRIA NO RESGASTE DA IDENTIDADE: INCLUSÃO SOCIAL EM CONTEXTOS GERONTOLÓGICOS.....	83
<i>Jenny Sousa</i>	
DERRUBAR MUROS E CONSTRUIR PONTES ENTRE CULTURAS: UM ESTÍMULO À PARTICIPAÇÃO, CIDADANIA E INCLUSÃO SOCIOCULTURAL	97
<i>Ana Fontes; Manuela Sofia Silva</i>	

ARTE PARA EDUCAR EN EL PENSAMIENTO CRÍTICO. DE LAS AULAS A LA CALLE	115
<i>Eva Navarro Martínez; José Ignacio García-Lomas</i>	
O PAPEL DA INTERVENÇÃO E ANIMAÇÃO ARTÍSTICAS NO DESENVOLVIMENTO INDIVIDUAL E COLETIVO	131
<i>Lúcia Grave Magueta; Jenny Sousa; Sandrina Milhano</i>	
PRÁTICAS ARTÍSTICAS PARTICIPATIVAS – PEDAGOGIAS DE TRANSFORMAÇÃO PARA UMA EDUCAÇÃO MAIS INCLUSIVA.....	143
<i>Sandrina Milhano</i>	
EDUCAR E INCLUIR EM CONTEXTOS MULTICULTURAIIS E MULTILINGUES	159
<i>Catarina Mangas</i>	
A EDUCAÇÃO INTERCULTURAL EM MUSEUS E A INCLUSÃO SOCIOCULTURAL	175
<i>Fernando Magalhães</i>	
A CONSTRUÇÃO DOS LOCAIS TURÍSTICOS SOB UMA ÓTICA INCLUSIVA	193
<i>Adriana Brambilla; Manoela Barbacovi</i>	
OLHAR COMO QUEM VÊ	209
<i>Nuno Fragata Marques</i>	
SOBRE OS AUTORES	223

A ANIMAÇÃO COMUNITÁRIA NO RESGASTE DA IDENTIDADE: INCLUSÃO SOCIAL EM CONTEXTOS GERONTOLÓGICOS

Jenny Sousa

(ESECS, CICS.NOVA, CI&DEI, Politécnico de Leiria)

Resumo: Ancorado em estudos e reflexões de diversos autores, tentar-se-á neste trabalho tecer uma análise reflexiva em torno da importância da animação comunitária na promoção da (re)construção identitária das pessoas idosas que se encontram institucionalizadas a título permanente em estruturas residenciais. O exercício consistirá em refletir e colocar em relação algumas ideias consideradas basilares neste debate. Assim, e num primeiro momento, será discutida a questão da perda de identidade, que é originada aquando da institucionalização, prosseguindo, de seguida, para a exploração do tema da morte social, que acontece com frequência nas instituições desta natureza. Posteriormente, avança-se no raciocínio e debate-se o papel da animação comunitária na (re)construção do *self* dos sujeitos institucionalizados, abordando com particular interesse as atividades socioculturais e o papel que estas podem deter enquanto metodologia privilegiada de promoção da adaptação, do sentimento de controlo, do bem-estar e da qualidade de vida.

Palavras-chave: Animação comunitária; Inclusão social; Contextos gerontológicos

“Fácil nunca é!”: Institucionalização e procura de identidade

Embora hoje já exista uma grande sensibilidade dos profissionais que trabalham em estruturas residenciais para pessoas idosas para respeitar a individualidade de cada pessoa que passa a integrar a título permanente a instituição, a verdade é que a mudança definitiva do local onde se habita provoca um conjunto de profundas alterações nos indivíduos, associadas, na maior parte das situações, a sentimentos mais negativos. Na verdade, a mudança permanente para uma estrutura residencial é um dos aspetos mais traumáticos da velhice, porque implica rutura e descontinuidade de experiências, com amplas repercussões na própria identidade da pessoa idosa.

Assim sendo, a institucionalização acaba por ser um dos maiores fatores de *stress* na vida do indivíduo (Afonso, 2012) porque, frequentemente, implica perdas emocionais profundas, que podem passar pela perda de contacto com as pessoas que são significativas ou pela perda de papéis sociais, elementos-chave da identidade e na construção do *self*. Por tudo isto, a institucionalização é aquilo a que a literatura científica chama de “situação crónica *stressante*” (Afonso, 2012), pois causa um *stress* intenso na vida das pessoas, mesmo quando a institucionalização aparenta ser a melhor opção.

Os motivos para a institucionalização podem ser vários e de naturezas distintas: pode estar relacionada com a degradação e a vulnerabilidade das habitações, uma desadaptação das condições das casas às necessidades das pessoas; pode também estar associada às condições de saúde débeis e à necessidade de apoio na rotina diária; ou, até, à perda de pessoas emocionalmente significativas, como é o caso de perda de cônjuge (Lima, 2012; Paúl, 2006). Assim, mesmo quando a institucionalização aparenta ser a melhor opção, atendendo aos problemas apresentados pela pessoa idosa, este processo não é isento de um grande sofrimento: “os rituais de internamento constituem marcos angustiantes de perda. Neste momento, o idoso despoja-se da quase totalidade dos seus papéis” (Santos & Encarnação, 1998).

Neste processo, a questão “quem sou eu agora?” adquire ainda maior relevância. Explica-nos a literatura científica (Afonso, 2012; Lima, 2012) que a identidade se constrói num *continuum* individual-social, isto é, na defluência entre os aspetos pessoais e os aspetos sociais, uma vez que o que está em causa na identidade de uma pessoa não é tanto a permanência

e a monotonia de atributos, mas antes a referência a si ao longo do tempo. Neste sentido, e tal como explica Giddens (2000), a autoidentidade é, acima de tudo, a manutenção de narrativas biográficas coerentes, ainda que continuamente revistas. Quando surge um acontecimento *stressante*, como a institucionalização a título permanente, que implica a perda de papéis sociais e uma nova reorganização da práxis quotidiana, a pessoa idosa vê-se perante um novo quadro existencial, onde a sua identidade necessita de ser reconstruída.

Para além disso, é comum a entrada na estrutura residencial coincidir com o declínio físico ou mental da pessoa, o que pode dar origem a dificuldades na adaptação a uma nova realidade. Embora se perceba que os efeitos dos declínios possam ter consequências profundas, designadamente ao nível do isolamento social e na dificuldade de reconstrução identitária, a verdade que é que estes não têm de ser devastadores, podendo existir familiarização e ambientação ao novo espaço. Conforme explica António Simões (2006), as alterações biológicas e as perdas, de um modo geral, não são tão graves que impossibilitem o sujeito idoso de se relacionar com os outros.

Todavia, se a pessoa idosa não for devidamente acompanhada e integrada na instituição, e envolvida em diferentes dinâmicas que auxiliem na reelaboração da identidade, o isolamento social acaba por prevalecer, com reflexos profundos na autoestima, na autoidentidade e na capacidade de se relacionar com os outros, entrando naquilo a que se pode denominar como “morte social”.

Morte social: quando se perde a relação consigo mesmo e com os outros

A morte é um fenómeno complexo, intimamente relacionado com padrões culturais, que apresenta um carácter indiscutivelmente cultural e social. Com esta ideia, percebe-se que nos movemos num conceito de morte que vai para além da perspetiva biológica (Kovács, 2008), tomando a componente social um papel de destaque. Assim, e na linha da reflexão iniciada no ponto anterior, faz sentido trazer à liça o conceito de “morte social”.

Morte social diz respeito à extinção da pessoa na memória da comunidade, do seu grupo de pertença; é o fenómeno em que o indivíduo é

considerado morto pela sociedade, independentemente do seu estado vital (O'Neill, 1991). Na base deste conceito estão dois elementos estruturantes: o social e o cultural. Ora, a morte social está exatamente no sentido oposto da morte física porque “não há um terminar abrupto de vida, nem putrefação, nem ritualização, nem espiritualização. Há simplesmente um esquecimento” (O'Neill, 1991, p. 194). Portanto, este conceito tem como principal linha de força a ideia de que existe morte social quando uma pessoa não pertence a nenhum grupo, ou deixa de pertencer a um determinado grupo e é, por esse grupo, esquecida. Conforme explicam Roseney Bellato e Emília Carvalho (2005), “o ser humano sempre teve, efetivamente, dois tipos de morte: uma biológica, que representa o fim do organismo humano, e uma morte social, que representa o fim da identidade social do indivíduo” (p. 101).

Admite-se, sem reservas, que a morte social está intimamente relacionada com a morte física por tudo o que é evidente; contudo, a morte social também está ligada às fases da vida, às perdas, às mudanças de papéis, à passagem do tempo e, nas várias arenas existenciais, à forma como o ser humano se relaciona consigo próprio e com os outros, isto é, à sua forma de estar no mundo.

A morte social sobrevém quando o indivíduo já não é considerado, nem tratado, como uma pessoa, mas antes como alguém que foi uma pessoa, quando estava plenamente viva. A noção de morte social espelha a percepção que uma determinada comunidade detém da memória enquanto manifestação da vida plena e complexifica a relação vida/morte, provando que os conceitos e as realidades são dinâmicos, pois estão imersos em espaços e em tempos existenciais e culturais.

Ainda nesta linha de reflexão, a *Enciclopédia da Morte e da Arte de Morrer*, de Howarth e Leaman (2004), explica que a morte social acontece antes da biológica, quando as pessoas são excluídas da sociedade. E, para ilustrar, apresenta o seguinte exemplo, típico da sociedade contemporânea:

a institucionalização dos cuidados para com os (...) idosos provoca o seu afastamento dos familiares; de igual modo, a circunstância da sua morte estar iminente, bem como o seu afastamento e separação física (...) criam condições para que a morte social possa ocorrer mesmo quando estão vivos biologicamente. (p. 371)

Se é certo que qualquer indivíduo pode morrer socialmente antes de morrer biologicamente, verdade seja dita que este aspeto é particularmente válido para as pessoas idosas, sobretudo as institucionalizadas. Tendo o devido cuidado para evitar generalizações, a verdade é que as instituições residenciais de apoio às pessoas idosas são, por norma, não só locais de enquadramento cultural da morte, mas, também, antecâmaras da morte biológica e lugares de morte social.

As ideias levantadas até ao momento tiveram como objetivo provocar reflexões relativamente ao papel que as instituições que trabalham com estes públicos devem desempenhar nesta matéria e sobre as práticas que poderão desenvolver para possibilitar aos seus residentes, que se encontram muitas vezes em condição de morte social, a superação das perdas sofridas, novas abordagens de compreensão de si próprios, de vivência do presente e de (re)construção identitária.

Com efeito, estes espaços residenciais podem ser espaços de construção e evolução se oferecerem um ambiente familiar e facilitador de estratégias de desenvolvimento pessoal e social, onde as pessoas idosas possam experimentar um conjunto de respostas adaptativas, descobrindo e realizando as suas próprias possibilidades (Afonso, 2012). Estas estratégias são capazes de funcionar como poderosos mecanismos de adaptação, uma vez que se revelam fundamentais para as pessoas manterem um sentido de autoeficácia e controlo sobre a sua vida, reavivando a ligação consigo próprias e com os outros. Mas, para que as pessoas idosas institucionalizadas acionem este processo, é preciso que lhes seja dada a liberdade necessária e que sejam criadas todas as condições que permitam o acesso a oportunidades de participação efetiva (Sousa, 2015).

Na verdade, a perceção de controlo em relação à própria vida e ao meio institucional tem uma importância vital para as pessoas que se encontram institucionalizadas, com repercussões profundas no seu bem-estar. Importa salientar que o controlo está estreitamente relacionado com a capacidade de adaptação, o que significa que tem influência direta nos comportamentos de resiliência e de *coping*, sendo que as estratégias de *coping* moderam a influência do *stress* no indivíduo e influenciam profundamente a sua capacidade de resiliência (Afonso, 2012). A perceção que os sujeitos têm acerca do poder que podem exercer sobre a sua vida é muito importante na forma

como lidam com as perdas e nas escolhas que fazem das estratégias de compensação. O controlo assume-se, portanto, enquanto matéria central nas estratégias de *coping*, revelando-se essencial para uma boa qualidade de vida na velhice, sendo a sua ausência motivo de declínio cognitivo e funcional.

Neste particular, a promoção de relações com a comunidade externa, assente numa lógica de criação ou manutenção de laços com pessoas e instituições, parece ser um campo fértil para a promoção do sentimento de controlo, de criação de estratégias de *coping* e, conseqüentemente, de combate ao fenómeno da morte social. Melhor explicando, ao reatar ligações com pessoas, com espaços e contextos vivenciais comunitários, as pessoas idosas que se encontram em regime de institucionalização a título permanente experimentam o sentimento de controlo, aspeto intimamente relacionado com a sua capacidade de adaptação e de reconstrução da identidade.

O papel da animação comunitária na (re)construção do *self*

O trabalho que aqui se apresenta tem como eixo estruturador o seguinte paradigma metateórico: coonstrutivismo biocultural desenvolvimental. Isto significa que as linhas de força que estão subjacentes a esta reflexão assentam no pressuposto de que o cérebro e a cultura estão interruptamente em transação de forma coprodutiva. De um modo mais concreto, parte-se da tese de que existe desenvolvimento na vida adulta idosa e que este desenvolvimento subentende adaptação – capacidade de relevância crucial no modo de reagir às mudanças –, sendo esta amplamente marcada pelo contexto social e cultural (Paúl, 2006).

Com efeito, os acontecimentos que originam grandes perdas não têm, forçosamente, de ter um final de entropia, podendo o indivíduo adaptar-se e continuar no processo de desenvolvimento. No que se refere, particularmente, aos espaços institucionais, se os profissionais estiverem atentos conseguem potencializar práticas que fomentem a adaptação e que contrariem situações de dependência, de uniformização e de objetivação.

Neste contexto específico, salienta-se a importância da promoção da ligação à comunidade externa à instituição. Na realidade, as relações com o exterior podem constituir-se, para as pessoas idosas, como importantes

formas de auxílio na superação das perdas sofridas e de promoção de novas abordagens de compreensão de si próprias, de vivência do presente e de (re)construção do tempo que é oferecido pela vida. Em bom rigor, se o meio cultural e social oferecer as condições para que a pessoa idosa possa desenvolver-se, consoante as suas capacidades, interesses e necessidades próprias e específicas, apesar de todos os problemas e dificuldades, há a possibilidade de desenvolvimento e de um efeito de crescimento e maturidade (Sousa, 2019).

São vários os organismos nacionais e internacionais que comungam desta posição. Tal como se explica no *Relatório Mundial de Envelhecimento e Saúde*, da autoria da Organização Mundial da Saúde (2015), os ambientes onde as pessoas mais velhas vivem são determinantes para trajetórias positivas de envelhecimento, em que a participação social assume especial relevância. O local onde se vive e as relações existentes com a vizinhança e com a comunidade local afetam diretamente a saúde e o bem-estar do indivíduo – em suma, a relação consigo próprio (Sousa, 2019).

A combinação de indivíduo e o seu ambiente, e a relação que entre eles se cria, nomeadamente através da participação em atividades socioculturais, é fundamental para que aquele se sinta incluído socialmente. E esta inclusão manifesta-se, com grande vigor, nos novos significados que a pessoa idosa atribui a si mesma e à sua vida, influenciando, diretamente, no sentimento de controlo, isto é, na perceção do poder que os indivíduos detêm sobre a sua vida, e, inclusivamente, nas escolhas que podem fazer em termos de desenvolvimento de estratégias de compensação.

Tem sido estudado, a partir de vários olhares e cunhagens explicativas, que a ligação à comunidade de pertença, bem como à família, e as relações sociais que se estabelecem são fundamentais na forma como se envelhece (Fonseca, 2018; Paúl, 2006; Sousa, 2015, 2021), por afetarem diretamente a qualidade de vida. Para além disso, a representação que a pessoa tem da sua qualidade de vida está diretamente relacionada com a sua participação social e cultural e com a perceção que tem de si enquanto agente nesses contextos.

Especialmente nos casos em que as pessoas se encontram institucionalizadas, a inclusão social está muito associada à participação social, cultural e cívica, não só dentro do espaço habitacional, mas, também, no exterior. Esse protagonismo social concretiza-se na relação com a comunidade externa

envolvente, numa perspetiva de utilização de capacidades e de potencialidades que permitam às pessoas idosas sentirem-se ativas (Sousa, 2021). A integração sociocultural é, pois, “essencial para as pessoas idosas, proporcionando-lhes recursos emocionais e práticos, participação ativa e maior autoestima” (Direção-Geral da Saúde [DGS], 2017, p. 26).

Por isso, é muito importante que os adultos mais velhos continuem a sentir-se parte das diversas instituições comunitárias, designadamente as culturais (DGS, 2017). Nesse sentido, deve-se apostar na criação de ambientes potenciadores da integração e da participação, pois a

participação em atividades de lazer, sociais, culturais e espirituais realizadas no âmbito da comunidade e da família permite aos idosos continuar a exercer as suas competências, a ser objeto de respeito e estima e a manter ou estabelecer relações de apoio e de afeto. (Organização Mundial da Saúde, 2015, p. 38)

Falamos, pois, de inclusão social numa ótica de proteção dos que são mais vulneráveis e de promoção da sua inclusão e integração em todos os aspetos da vida da comunidade. Nessa equação são extremamente importantes as relações afetivas gratificantes e a criação de relacionamentos satisfatórios que conduzam ao aumento do bem-estar emocional, afastando as pessoas do sentimento de morte social (Sousa, 2021), conceito anteriormente discutido.

Sabe-se que o comportamento humano decorre da relação entre as características individuais e os fatores situacionais, e as instituições devem ter em atenção a promoção de práticas de igualdade de oportunidades, favorecendo a integração e a inclusão de todos os residentes. Falar de inclusão social neste contexto implica o direito à igualdade, à não discriminação, diminuindo eventuais condições de desvantagem que uns possam ter em relação ao resto do grupo. Na verdade, a inclusão é, aqui, assumida enquanto conceito abrangente, que se refere à participação nos diversos aspetos da vida em sociedade.

Assim, a partir dos determinantes do envelhecimento ativo, onde a inclusão social detém um grande papel, é requerida às estruturas residenciais uma abordagem holística e integrada, na sua conceção, organização e prestação de serviços:

É fundamental que a estrutura residencial se constitua como um contexto humanizado, personalizado e que tenha em conta as efectivas necessidades específicas de cada situação, tendo sempre como horizonte que os clientes são o centro de toda a actuação e que o meio familiar e social de um indivíduo é parte integrante das suas vivências, devendo continuar a ser particularmente considerado no apoio às pessoas com mais idade, de acordo com os seus desejos e interesses. Assim o exige a perspectiva do respeito e promoção dos seus direitos humanos. (Instituto da Segurança Social, s.d., p. 2)

Conforme se defende neste documento do Instituto da Segurança Social (*Estrutura Residencial para Idosos. Manual de Processos-Chave*, s.d.), ao falar da ligação à comunidade externa à instituição e da promoção da inclusão social, está-se, inclusivamente, a trabalhar no âmbito do respeito pelos direitos humanos. E, neste campo, reitera-se a ideia já apresentada anteriormente: a ligação à comunidade encontra nas atividades socioculturais ferramentas privilegiadas. Com efeito, vários estudos (Fonseca, 2018; Paúl, 2006; Sousa, 2015, 2019, 2021) têm revelado que as atividades socioculturais realizadas com pessoas externas à instituição, designadamente em instituições de naturezas distintas, são fundamentais para as pessoas idosas institucionalizadas encontrarem os utensílios e as estratégias essenciais para criarem espaços de participação e de cidadania, ou seja, de (re)construção identitária. Esses são os desafios das Estruturas Residenciais do século XXI: criar ambientes físicos e sociais potenciadores da integração, da proteção e da inclusão das pessoas idosas, assentes num género de intervenção que reforce as estratégias suportivas; ambientes que permitam uma abertura à esfera social e que promovam relacionamentos interpessoais que possibilitem o reencontro da pessoa idosa com o outro e consigo própria.

Nesta área, a animação sociocultural e o trabalho desenvolvido pelos técnicos de animação são fundamentais. Assim, impõe-se com grande vigor um trabalho de animação comunitária cuja abordagem se encontre muito relacionada com o recurso à comunidade enquanto terreno preferencial de construção de processos de emancipação e de *empowerment*. Enquanto metodologia participativa, deve assentar na ação organizada e no papel ativo do cidadão, tendo como espaços privilegiados de atuação as instituições comunitárias.

Deste modo, estudar a intervenção social e a promoção da participação e da inclusão no âmbito da animação comunitária implica compreender dois eixos de análise e construção: o tecido social comunitário e a participação comunitária (Sousa, 2021). Portanto, a animação comunitária tem como pilar basilar a comunidade e o respeito pelas garantias coletivas e pela individualidade dos cidadãos. Por isso é que as atividades de animação têm de ser pensadas pelo profissional desde uma perspectiva holística da pessoa idosa, tendo como linhas de força os gostos e as competências dos indivíduos e, paralelamente, junto com a comunidade, a preocupação em proporcionar a elaboração de novos gostos, através do contacto com atividades familiares, mas, também, inovadoras, criadoras e significativas, que façam sobressair conhecimentos e competências, aumentando, destarte, a autoestima, a autonomia e o sentido de controlo.

O eixo central da intervenção consiste no reconhecimento da unicidade das histórias de vida, dos interesses e das necessidades de cada pessoa institucionalizada, aceitando e valorizando potencialidades e competências, mas, também, respeitando limitações e fragilidades (Sousa, 2015). A animação comunitária está, desde a sua génese e emergência, profundamente imbricada com as questões dos indivíduos, dos grupos e das comunidades, e a sua ação situa-se em áreas de intervenção bastante heterogéneas, onde confluem numerosas dimensões políticas e sociais, sendo o desenvolvimento pessoal e comunitário os principais princípios orientadores.

Seguindo nesta linha de pensamento, a animação comunitária, através da implementação de projetos comunitários, promove a (re)construção das trajetórias sociais e individuais dos cidadãos, numa lógica de utilização de uma metodologia do cuidado e de uma intervenção integrada e integradora, uma vez que as práticas de animação comunitária não situam o indivíduo numa dimensão exclusivamente individual, na medida em que têm em linha de conta as dimensões sociais e culturais. Assim, e tal como explica António Fonseca (2018), “a conceção de programas e projetos que estimulem um envelhecimento verdadeiramente participativo na vida das comunidades se afigura importante para maximizar a funcionalidade de muitas pessoas idosas” (p. 8).

Neste sentido, e sintetizando as ideias levantadas até ao momento, a animação comunitária tem um papel de destaque no quotidiano das estruturas

residenciais para idosos para que estas instituições não sejam antecâmaras da morte e locais de morte social. Ao promover a inclusão social e a participação sociocultural dos residentes, numa lógica de (re)construção identitária, a ligação com a comunidade emerge como um instrumento privilegiado na preservação de sentimentos de segurança e familiaridade, que permitem que as pessoas idosas possam encontrar funções úteis e socialmente relevantes e reconhecidas, trazendo associado o sentimento de recompensa emocional e de bem-estar.

Só porque se encontram institucionalizadas, tal não significa que estas pessoas devam ficar à margem da sua comunidade, e os projetos de animação comunitária destacam-se enquanto metodologias preferenciais na promoção de participação social e cidadania ativa. Para isso, as estruturas residenciais devem ter em conta as necessidades reais e específicas de cada residente, humanizando a sua ação, tendo sempre como pano de fundo a preocupação com a criação de condições para que o indivíduo possa participar ativamente no meio social e na comunidade envolvente.

Conclusões

À luz do exposto ao longo do texto, a capacidade de adaptação é um aspeto muito importante no bem-estar das pessoas idosas institucionalizadas. Esta ação acontece na relação com os outros e com as instituições, num processo intersubjetivo e relacional, onde as atividades socioculturais, transformadas em experiências de (re)construção identitária, emergem como fatores decisivos no desenvolvimento pessoal e social dos sujeitos. Subjacente a esta ideia está o sentimento de controlo, ou seja, a perceção que os indivíduos têm acerca do poder que podem exercer sobre a sua vida e que influencia diretamente as estratégias de *coping* e de compensação utilizadas (Afonso, 2012; Paúl, 2006).

Assim sendo, as estruturas residenciais têm a capacidade de potenciar ou de reprimir as condições pessoais e socioculturais dos sujeitos, influenciando a forma como estes percecionam o controlo da sua vida e desenvolvem ferramentas de adaptação (Lima, 2012; Santos & Encarnação, 1998). Por isso, é importante que a animação comunitária detenha um papel de relevo

nas instituições, possibilitando aos seus residentes o acesso a atividades socioculturais e a ligação à comunidade externa, numa lógica de desenvolvimento de ferramentas de verdadeira participação (Fonseca, 2018; Sousa, 2019). Acima de tudo, a animação comunitária preocupa-se em proporcionar práticas de autonomia e não de dependência, tendo como pano de fundo as temáticas estruturais do quotidiano da pessoa idosa, aproximando-as dos moldes que são usuais num domicílio familiar. Neste quadro, também é fundamental o contacto com as redes de convivência social habituais, designadamente as familiares, tal como, a criação de outras ligações e sociabilidades que sejam, igualmente, significativas (Sousa, 2015).

Em síntese, a animação comunitária, nomeadamente através do desenvolvimento de projetos comunitários, detém um papel importante na promoção do sentimento de bem-estar e qualidade de vida das pessoas idosas residentes em instituições gerontológicas porque aumenta o potencial adaptativo e a capacidade de (re)construção de trajetórias individuais e sociais.

Referências bibliográficas

- Afonso, M. (2012). *Stress, coping e resiliência em pessoas idosas*. In C. Paúl & O. Ribeiro (Coord.), *Manual de gerontologia: Aspetos biocomportamentais, psicológicos e sociais do envelhecimento* (pp. 163-175). Lidel.
- Bellato, R., & Carvalho, E. C. (2005). O jogo existencial e a ritualização da morte. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 13(1), 99-104. <https://doi.org/10.1590/S0104-11692005000100016>
- Direção-Geral da Saúde. (2017). *Estratégia nacional para o envelhecimento ativo e saudável 2017-2025*. <https://www.sns.gov.pt/wp-content/uploads/2017/07/ENEAS.pdf>
- Fonseca, A. M. (Org.). (2018). *Boas práticas de ageing in place. Divulgar para valorizar. Guia de boas práticas*. Fundação Calouste Gulbenkian / Faculdade de Educação e Psicologia, Universidade Católica Portuguesa. https://content.gulbenkian.pt/wp-content/uploads/2018/05/15122919/ageing_in_place_web.pdf
- Giddens, A. (2000). *As consequências da modernidade*. Celta Editora.
- Howarth, G., & Leaman, O. (2004). *Enciclopédia da morte e da arte de morrer*. Quimera.

- Instituto da Segurança Social. (s.d.). *Estrutura residencial para idosos. Manual de processos-chave*. https://www.seg-social.pt/documents/10152/13652/gqrs_lar_estrutura_residencial_idosos_Processos-Chave/1378f584-8070-42cc-ab8d-9fc9ec9095e4
- Kovács, M. J. (2008). Desenvolvimento da tanatologia: Estudos sobre a morte e o morrer. *Paidéia*, 18(41), 457-468. <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2008000300004>
- Lima, M. (2012). A ‘arquitetura incompleta’: Da personalidade na velhice. In C. Paúl & O. Ribeiro (Coord.), *Manual de gerontologia: Aspetos biocomportamentais, psicológicos e sociais do envelhecimento* (pp. 129-138). Lidel.
- O’Neill, B. J. (1991). Morte social e linhas de família numa aldeia nortenha, 1870-1990. In A. M. Coelho (Coord.), *Atitudes perante a morte* (pp. 175-203). Livraria Minerva.
- Organização Mundial da Saúde. (2015). *Relatório mundial de envelhecimento e saúde*. https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/186468/WHO_FWC_ALC_15.01_por.pdf;jsessionid=A9AE9E24987B59C61CAED0FC8B76892C?sequence=6
- Paúl, C. (2006). Psicologia do envelhecimento. In H. Firmino (Ed.), *Psicogeriatrics* (pp. 43-46). Psiquiatria Clínica.
- Santos, F., & Encarnação, F. (1998). *Modernidade e gestão da velhice*. Centro Regional da Segurança Social do Algarve.
- Simões, A. (2006). *A nova velhice – Um novo público a educar*. Âmbar.
- Sousa, J. (2015). *Intervenção na velhice contemporânea: Um estudo sobre a adaptação à perda emocional profunda*. Instituto Politécnico de Leiria.
- Sousa, J. (2019). Participação sociocultural, ócio, acessibilidade e envelhecimento ativo no contexto de idosos institucionalizados. *Revista Subjetividades*, 19(2), 1-14. <https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v19i2.e9237>
- Sousa, J. (2021). Atividades socioculturais como interface de bem-estar emocional e de prevenção da transmissão da Covid-19 em estruturas residenciais para pessoas idosas. *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*, 25(Supl. 1), e200576. <https://doi.org/10.1590/interface.200576>